## (CC BY 4.0) | ISSN 2675-6595

# RESENHA DO ARTIGO INTITULADO "O CAPITALISMO DA VIGILÂNCIA NO MUNDO PÓS-PANDÊMICO E O DIREITO À PRIVACIDADE"<sup>1</sup>

REVIEW ABOUT THE ARTICLE ENTITLED "SURVEILLANCE CAPITALISM IN THE POST-PANDEMIC WORLD AND THE RIGHT TO PRIVACY"

Recebido: 17/05/2022 | Aceito: 04/07/2022 | Publicado: 04/08/202

Rayssa Soares de Mesquita<sup>2</sup>

https://orcid.org/0000-0001-71152632
http://lattes.cnpq.br/1566734861039999
UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil E-mail: rayssa.soares@gmail.com

#### Resenha da obra:

OLIVIERI; Alejandro Gabriel; SILVA, Gustavo Javier Castro; CASTRO, Lourivânia de Lacerda; BOFF, Sirlei Salete. O capitalismo da vigilância no mundo póspandêmico e o direito à privacidade. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social.** Ano 2021, Vol. 3, n. 6, jul.-dez., 2021.

#### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado "O capitalismo da vigilância no mundo póspandêmico e o direito à privacidade". Este artigo é de autoria de: Alejandro Gabriel Olivieri; Gustavo Javier Castro Silva; Lourivânia de Lacerda Castro e Sirlei Salete Boff. O artigo aqui resenhado foi publicado na periódica "Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social", no Ano 2021, Vol. 3, n. 6, jul.-dez., 2021.

Palavras-chave: Capitalismo. Pós-Pandêmico. Privacidade.

#### Abstract

This is a review about the article entitled "Surveillance capitalism in the post-pandemic world and the right to privacy. It was written by Alejandro Gabriel Olivieri; Gustavo Javier Castro Silva; Lourivânia de Lacerda Castro e Sirlei Salete Boff. The article was published by "Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social", Year 2021, Vol. 3, n. 6, jul.-dec., 2021.

**Keywords:** Capitalism. Post-Pandemic. Privacy.

#### Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado "O capitalismo da vigilância no mundo pós-pandêmico e o direito à privacidade". Este artigo é de autoria de: Alejandro Gabriel Olivieri; Gustavo Javier Castro Silva; Lourivânia de Lacerda Castro e Sirlei Salete Boff. O artigo aqui resenhado foi publicado na periódica "Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social", no Ano 2021, Vol. 3, n. 6, jul.-dez., 2021.

<sup>2</sup> Graduanda em Direito pelo Centro Universitário UniProcessus.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por Michelle Veridiane Segantini da Silva.



Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um dos autores.

O primeiro autor deste artigo é Alejandro Gabriel Olivieri. Graduado em Filosofia; mestre em Sociologia Política; doutor em Sociologia. Atualmente, atua como pesquisador e professor no curso de Direito da Faculdade Processos. Encontra-se o Currículo Lattes e Orcid de Alejandro, respectivamente, em:

<a href="http://lattes.cnpq.br/1921746316087755">http://lattes.cnpq.br/1921746316087755</a> e <a href="https://orcid.org/0000-0003-1068-8614">https://orcid.org/0000-0003-1068-8614</a>.

O segundo autor deste artigo é Gustavo Javier Castro Silva. Graduado em Filosofia; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais; doutor em Sociologia. Atua como Procurador Institucional, Diretor Acadêmico e Professor de Graduação e Pós-graduação na Faculdade Processus. O Currículo Lattes de Gustavo encontra-se em: <a href="http://lattes.cnpq.br/1091127369557989">http://lattes.cnpq.br/1091127369557989</a>. Já o Currículo Orcid em: <a href="https://orcid.org/0000-0002-7639-0514">https://orcid.org/0000-0002-7639-0514</a>.

A terceira autora deste artigo é Lourivânia de Lacerda Castro. Graduada em Direito; mestra em *Legal Practice / Joint Degree*; especialista em Direito Previdenciário e Direito Público. Atua como coordenadora de Serviços Jurídicos e Cartoriais, e de Secretariado, ambos da Faculdade Processus, além de atuar como professora. Encontra-se o Currículo Lattes e Orcid de Lourivânia, respectivamente, em: <a href="http://lattes.cnpq.br/2753561242350807">http://lattes.cnpq.br/2753561242350807</a> <a href="https://orcid.org/0000-0002-1331-563X">https://orcid.org/0000-0002-1331-563X</a>.

A quarta autora deste artigo é Sirlei Salete Boff. Graduada em Ciências Contábeis e Direito; Especializada em Planejamento Tributário e Gestão Financeira, Controladora e Auditoria; Mestranda em Economia. Atua como Professora, Advogada, entre outros. Encontra-se o Currículo Lattes e Orcid de Sirlei, respectivamente, em: <a href="http://lattes.cnpq.br/2095140882676947">http://lattes.cnpq.br/2095140882676947</a> <a href="http://orcid.org/0000-0002-1760-7074">https://orcid.org/0000-0002-1760-7074</a>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, pandemia e economia digital, a sociedade digital da extração de dados: características principais, pandemia e controle psicopolítico, a sociedade digital da extração de dados e o controle dos dados pessoais na pandemia, o direito à privacidade na sociedade digital, conclusão, referências. No resumo deste artigo consta:

O trabalho investiga as relações entre a pandemia e a economia digital. Para cumprir esse objetivo são apresentadas as características da sociedade digital da extração de dados, e é avaliado como um novo regime de poder psicopolítico é aprofundado na pandemia. Por último, avalia-se de que modo a sociedade digital pode controlar e usar os dados pessoais, e como isso se pondera perante a Constituição Federal e nos diversos instrumentos legais criados para essa finalidade (OLIVIERI; SILVA; CASTRO; BOFF, 2021, p. 2).

A obra tem como tema o capitalismo da vigilância no mundo pós-pandêmico e o direito à privacidade. O problema a ser debatido configurou-se nas complexas relações entre a economia digital e a Covid-19. O trabalho partiu da hipótese de que é possível realizar análises do mundo pós-pandêmico, mesmo que ainda estejamos vivendo na crise multidimensional dessa pandemia que alastrou o mundo.

е



O objetivo geral nesta obra foi entender o funcionamento da economia digital após o vírus Covid-19. Já os objetivos específicos consistiram na avaliação do novo regime de poder psicopolítico, além de como a sociedade digital usou os dados pessoais e afetou a privacidade da população durante a pandemia.

O artigo justifica-se para os operadores do Direito pelo entendimento de como a privacidade, prevista na Constituição Federal, é moldada na sociedade digital. Para a ciência é de muita importância, pois há a análise de como a SDED (Sociedade Digital da Extração de Dados) controla e utiliza esses dados pessoais. De mais a mais, é relevante para a sociedade pois demonstra as principais características presentes neste novo modelo de sociedade, demonstrando que o sistema explora a liberdade do indivíduo.

A metodologia manuseada para a elaboração da pesquisa para o trabalho aqui analisado consistiu em uma análise provisória acerca dos desafios do mundo pós-pandêmico. Essa análise contou com um levantamento bibliográfico e referências teóricas.

Os autores iniciam a obra de forma perspicaz, analisando o novo coronavírus como algo que afetou grande parte dos países, pois não estavam preparados. Seguindo esta linha de raciocínio, a ascensão da economia digital é apresentada. Fica demonstrado que por volta de 2011 ela começa a ser reconhecida como algo poderoso e forte, que pouco a pouco foi absorvendo a economia clássica. Os autores revelam ainda que a pandemia acelerou este processo em massa para a vida digital, com serviços e bens online, e que isto foi aprovado pela sociedade. Dito isso, verifica-se que em meio a embates políticos e medidas epidemiológicas, os usos diferentes da tecnologia se mostraram essenciais para controlar a pandemia.

O artigo demonstra de maneira clara que a era do capitalismo iniciou com o Google, no século XXI. A Sociedade Digital da Extração de Dados possui um pouco deste capitalismo, porém, não se reduz a isso. Na opinião dos autores, os avanços da TI aprimoram a imagem do Mercado e do Estado. Fica claro que nessa nova era houve o estouro da internet e, também, o colapso das empresas. Os autores reforçam que o Google explorou os comportamentos que poderiam ser monetizados para tentar encaixar a empresa no novo modelo. A SDED está, aos poucos, mudando a forma de enxergar o que é normal, como os direitos são compreendidos e as concepções de privacidade e liberdade, e inserindo a desigualdade social. Dentro dela há um ecossistema de fornecedores econômicos. Em outros pontos, os autores apontam que no novo cenário o poder não está somente nos agentes clássicos do poder político, mas sim nas empresas que possuem informações privadas. Isso contribuiu para as mudanças da lógica e da forma do trabalho. Fechando o raciocínio, é apresentado com sabedoria que os fluxos de dados são analisados para prever o comportamento humano.

Analisando o controle psicopolítico e a pandemia, a obra aduz que no momento atual, o coronavírus é espelhado pela sociedade. Ademais, é de vital importância ressaltar que a pandemia, embora tenha gerado grande impacto no capitalismo, não o eliminou. Seguindo essa linha de raciocínio, verifica-se que o vírus vem refletindo as crises da sociedade, e trazendo à tona diversos sintomas, como o cansaço. A obra, com cautela, afirma que esse cansaço vem em escala global, e traz como consequência a depressão. Em contrapartida, o trabalho sobreleva que os sistemas políticos e os Estados asiáticos estão sendo eficientes no combate à pandemia pois são autoritários. Fica evidente um experimento social que se baseia em uma biopolítica e psicopolítica digital, que visa um controle dos



cidadãos. Essas novas técnicas, de acordo com os autores, explicam o pânico generalizado, além da digitalização crescente.

Os autores de forma propositiva declaram que os negócios, as pessoas e a economia são prejudicados quando não existe uma liderança efetiva. O trabalho demonstra que a pandemia da Covid-19 reforçou a necessidade e a relevância da comunicação entre os países para conter a propagação do vírus. De mais a mais, o texto informa que graças ao isolamento social, foram necessárias medidas forçadas para escolas, instituições e empresas digitalizarem suas atividades da noite para o dia. Fica constatado pela leitura que essa pandemia também aumentou os casos de monitoramento e vigilância da população.

Analisando mais afinco, verifica-se que o papel das TI foi fundamental para que a sociedade não entrasse em colapso, sendo que a sua principal contribuição se fixa na possibilidade da internet auxiliar no confinamento prolongado. Todavia, é pelos autores que essa digitalização coloca em risco a privacidade, e apara o caminho para que surjam novos regimes autoritários. A obra, com sabedoria, lista algumas regras primordiais para proteger os indivíduos da ditadura digital: troca e finalidade de informações, e o lembrete de que não se deve nunca concentrar todos os dados em um único lugar. Nota-se que os sistemas de vigilância estão sempre um passo à frente. De forma objetiva, os autores dizem que vários países adotam tecnologias que possibilitam o rastreamento por telefone para monitorar o número de infectados pelo vírus e a quarentena. Neste capítulo, por fim, é relembrado que toda transformação demanda novas interpretações acerca da privacidade, nas diversas áreas sociais.

No que tange ao direito à privacidade no meio digital, o trabalho aqui resenhado é interessante pois aborda os dados depositados na internet, comparando-os com uma colcha de retalhos com diversas oportunidades. Notoriamente é apontado que o sistema jurídico do Brasil aprovou várias leis visando a proteção da privacidade da população. Analisando outro ponto, os autores ressaltam que há um comprometimento da liberdade de expressão devido ao excedente de monitoramento. É apontada a vulnerabilidade do titular dos dados. No que diz respeito à Constituição Federal, a obra de maneira didática informa que no artigo 5°, inc. X, a esfera da inviolabilidade da intimidade é ampla.

A PEX 17/2019 propõe a alteração deste artigo, para que sejam incluídas as questões de dados pessoais nos direitos fundamentais. Indicando outras perspectivas da situação, os autores reforçam que a Política de Privacidade visa limitar a responsabilidade de forma eletrônica, além de direcionar como o servico ou o produto devem ser utilizados. Já o Termo de Uso visa estabelecer quais regras deverão ser seguidas para a utilização dos aplicativos ou dos sites. Para tanto, os autores também informam que os usuários possuem responsabilidade com suas ações. De maneira assertiva, o trabalho apresenta os meios digitais como uma possibilidade para a manifestação livre que possibilita participação de diferentes usuários. Entretanto, há um pensamento de que existe conflito entre o direito à privacidade e a saúde. Otexto sobreleva que não existem dúvidas de que tanto a tecnologia eletrônica quanto a digital tem sido manuseadas como instrumentos que auxiliam na obtenção de dados privados dos cidadãos. Por fim, os autores concluem que atualmente uma boa parte da vida da sociedade é vivida de forma digital. No mundo pós-pandêmico, os mecanismos de vigilância utilizados pelo Estado e pelo mercado, se complementam. A SDED apresenta a comoditização generalizada como produto do capitalismo, e muda a maneira como a sociedade percebe e compreende os direitos. Olivieri, Silva, Castro

### (CC BY 4.0) | ISSN 2675-6595



e Boff finalizam com o alerta de que a intimidade e as informações pessoais devem ser protegidas, principalmente nas plataformas digitais.

#### Referências

OLIVIERI; Alejandro Gabriel; SILVA, Gustavo Javier Castro; CASTRO, Lourivânia de Lacerda; BOFF, Sirlei Salete. O capitalismo da vigilância no mundo póspandêmico eo direito à privacidade. **Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social.** Ano 2021, Vol. 3, n. 6, jul. - dez., 2021. Disponível em: <a href="http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/347">http://periodicos.processus.com.br/index.php/ppds/article/view/347</a>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmicoou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <a href="http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41">http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41</a>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020.

Disponível em:

<a href="http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225">http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225</a>. Acesso em: 03 ago. 2021.